



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

ATA Nº 006/2008

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de março, do ano de dois mil e oito, às 09:29h (nove horas e vinte e nove minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, sito à Rua Uruguai, 277 – 5º andar, a centésima octogésima terceira reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros Sérgio Luiz Brum, como presidente, e Sueli de Fátima Mousquer, como secretário. Estavam presentes os conselheiros titulares, Adriana Nunes Paltian, Alexandre Dias Abreu, Cláudio Meirelles Lago, Gilmar Cardozo dos Santos, Jardel de Borba Cunha, Liege Mentz, Marcos Antônio Saraçol Pereira, Maris Regina Vieira Honaiser, Omar Azambuja Condotta, Sérgio Luiz Brum, Sueli de Fátima Mousquer, Vera Anita Silva da Conceição e conselheiro Diretor-Previdenciário Adeldo Rohr, e os conselheiros suplentes, Neuza Maria dos Santos Nunes, Alberto Moura Terres, Carlos Alberto Neis, Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes, João Carlos Prates, Idalina Fagundes Venturini, Tatiana Caroline Manica Schapke, Augusto César Pio de Almeida e Antônio da Motta Gonçalves. A reunião contou com a presença do Diretor Administrativo-Financeiro Alex Trindade. Aberta a reunião, o presidente apresentou a pauta do dia e propôs uma pequena reflexão acerca dos concursos realizados no último fim-de-semana, dentre eles o da Prefeitura de Porto Alegre, com um grande número de inscritos. Refletiu sobre as expectativas dessas pessoas que buscam um lugar na instituição, e coloca que vão encontrar uma instituição desajustada, que não permite uma carreira, sendo que ao final do tempo de trabalho há um certo ocaso, pois não há o reconhecimento aos colegas que se aposentam pelos serviços prestados. Ponderou que essa reflexão é para que se pense na responsabilidade diante dessas pessoas e ressaltou que há um certo orgulho de estar aqui e poder fazer o trabalho da melhor maneira possível. A conselheira Sueli colocou a necessidade de que se tenha um manual para o servidor ingressante. A conselheira Adriana sugere que seja enviado um ofício à SMA, com um pequeno comunicado que seria dado ao ingressante, falando um pouco do Previmpa, e alertando o servidor para que compareça no Instituto para cadastrar seus dependentes e receber o Manual do Segurado do Previmpa. Já nos informes, o presidente leu a lista de conselheiros que ainda não fizeram o recadastramento, sendo que alguns deles já o haviam feito. O conselheiro Diretor-Previdenciário Adeldo, informou que o Previmpa foi procurado pela SMA, que está com um projeto para os aposentandos do ano de 2008 e 2009. Trata-se de um projeto novo, com um encontro mensal, tratando as questões previdenciárias. A conselheira Adriana explicou que havia um evento dos ingressantes, no qual a conselheira Maria Luíza participava e que além da previdência, outros temas eram abordados para quem estava ingressando. Passou-se então à leitura da ata. A conselheira Neuza solicitou que constasse Diretor Administrativo-Financeiro às referências ao conselheiro Alex Trindade, e o presidente, que a sua resposta à conselheira Adriana quando a mesma pronunciou-se que o Conselho poderia fazer o convite à Fazenda diretamente, sem passar pelo Diretor-Geral do Previmpa, que constasse em ata “que o convite estava sendo feito dessa forma para que fosse de Secretário para Secretário”. O conselheiro Marcos Saraçol solicitou que na ata ficassem registrados os nomes dos conselheiros participantes das sessões, explicitando quem é titular e quem é suplente. Após breve discussão sobre o assunto, acordou-se que assim constaria na ata da presente sessão. A conselheira Maris colocou que nas votações relevantes esta fosse feita de forma nominal. Também discutiu-se sobre a presença de conselheiros titulares e

suplentes na mesma sessão, e que no caso de convocação do suplente, porém com comparecimento também do titular, as falas devem sempre constar em ata. O conselheiro Alexandre Abreu entende que todos os conselheiros deveriam ser convocados para as sessões, sendo que o presidente explicou que a convocação é para todos os membros sempre. A ata foi aprovada e frente às retificações passará para assinatura na próxima sessão. Passou-se para a pauta do dia com apreciação do relatório do conselheiro Omar referente às Leis 505 e 510/04. Após a leitura do relatório pelo conselheiro, houve um questionamento da conselheira Sueli quanto ao valor que consta no projeto e o que foi informado pelo Chefe da Ucon, Carlos Ransan, em outra sessão. Foi informada que o que consta é o que foi apurado à época e que ainda não foi atualizado. Para o debate o presidente propõe seis inscrições, sendo que o conselheiro Cláudio Lago solicita que seja aberto para quem quiser falar. A conselheira Maris é a favor da limitação das inscrições. O presidente pondera que então vai limitar de acordo com o adiantado da hora. O presidente citou que houve a publicação de um contrato do Previmpa com a Procergs, que não passou pelo Conselho. A conselheira Liége explicou que houve aprovação pelo Conselho que somente iriam para o Conselho as contratações cujos valores excedessem um limite de valor estipulado na instrução normativa. A conselheira Idalina reforçou que somente valores que ultrapassassem oito mil reais é que passariam pelo Conselho. O presidente solicitou que a secretária-executiva lhe remetesse a ata da referida sessão por e.mail. A conselheira Neuza pede esclarecimentos se o encontro de contas se daria nas 84 ou nas 36 parcelas. O conselheiro Omar explicou que a proposta da Administração é que seja feito o encontro de contas nas 36 e durante as 84 parcelas. O conselheiro Lago argumentou que vota pela contrariedade do parecer do relator, pede a revogação do parecer, pois a sua aprovação estaria prejudicando o Previmpa e não ajudando. A conselheira Adriana é a favor do parecer em relação à forma de compensação em 120 parcelas, porém, contra o parágrafo da rejeição e também não concorda com o último parágrafo. A conselheira Maris solicita que a votação seja nominal. O conselheiro Alex Abreu pronuncia-se favorável à aprovação do parecer do relator Omar, pois o mesmo está sugerindo situações em que se possa fazer o encontro de contas e que a discussão foi importante para amadurecer a analisar os reflexos ali colocados, sendo que os conselheiros têm de primar pelas garantias de todos os municipais. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex Trindade colocou que o conselheiro Lago já havia se pronunciado na semana passada e na presente sessão novamente, de que o Conselho já havia apreciado a matéria. Ponderou que se isso fosse verdade a Câmara não teria remetido esse processo para ser realmente apreciado por este Conselho. Explicou que em relação à questão da alteração do projeto, buscou na semana passada junto ao Diretor-Geral do Previmpa um encontro com a Fazenda, e ontem o Diretor Rigotti deu a informação de que a SMF não têm interesse em alterar o projeto. Na prática não são 120 parcelas o que se busca, são 85 parcelas. Opinou que o Conselho deve aprovar pela rejeição, pois não é interesse do Previmpa as 120 parcelas, e que um grande número de conselheiros entende que a rejeição é necessária. O conselheiro Lago pediu a palavra por ter sido citado pelo Diretor Administrativo-Financeiro Alex Trindade e colocou que quer ser respeitado assim como respeita. Fez parte do Conselho anterior e tem pleno conhecimento do projeto e acredita que ele foi aprovado pelo Conselho anterior e com a aprovação do parecer pode-se acabar não recebendo o valor devido ao Previmpa. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex Trindade, respondeu que não faltou com o respeito, e que uma mentira repetida várias vezes pode se tornar verdade. O presidente solicita que a discussão seja sobre o parecer e que se o projeto está neste Conselho está sob exame e resta decidir pela aprovação ou rejeição do parecer. Concorda que a votação deva ser nominal e não acha ético que se rompa com o que se acha certo em função da possibilidade de o Previmpa não vir a receber nada. A conselheira Sueli entende que o fato de o Conselho anterior ter uma visão diferente, não impede que se decida de outra forma. Os valores só começaram a aparecer depois que se passou a pressionar. Não entende como se deixou passar 36 meses e ressalta que há o comprometimento da chapa eleita com os municipais para a prestação de contas do que se está votando, e opinou que se foi votado ou não, este é um novo Conselho, com uma nova visão e que se pode voltar a discutir a questão. O conselheiro Gilmar colocou que ao verificar as atas passadas não há registro de votação e que na prática o Conselho não aprovou. Disse que este Conselho retomou a questão e o processo

veio para apreciação. Entende que a votação deve ser nominal e com manifestação de voto e que no último parágrafo está se colocando uma nova forma de pagamento, podendo votar o relatório sem prejuízo ao Previmpa. O conselheiro Marcos Saraçol colocou que não entende como o Previmpa também ficou devendo valores. A conselheira Adriana explicou que todo mês a centralizada e Autarquias devem mandar para cá os valores para fazermos o pagamento, e que é questão de se manter uma rotina, pois agora já se têm as informações. Antes não havia como se apurar os valores pois o auxílio-doença, nos 15 primeiros dias é por conta da origem e a partir do 16º dia é por conta do Previmpa, e que por problemas de sistema de 2001 para cá não se conseguia fazer os cálculos e que o Ergon já possibilita isso. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex Trindade complementa que a exceção é a Câmara que está ainda no sistema antigo. O conselheiro Marcos Saraçol diz que simpatiza com o relatório do conselheiro Omar, mas enxerga que já houve um calote dessa dívida, pois as 36 parcelas ainda não foram pagas e vê que nesse Governo as chances de receber as 120 parcelas são mínimas, e que com essa manifestação no processo sepultamos qualquer chance, pois se está caindo no jogo do Governo. A conselheira Cleida concorda com a posição da conselheira Adriana e diz que a palavra rejeita deve ser tirada do parecer e colocada sugere, pois não haverá ganho nenhum ao rejeitar-se o projeto. O presidente colocou que se o Conselho aceitar, estará aceitando o que está na lei, se rejeitar, pode propor algo diferente. O conselheiro Jardel concorda com a proposta da conselheira Adriana e diz que a manifestação do conselheiro Saraçol reforça nesse sentido. Explicou que a negociação foi feita com o cálculo que o atuário apurou, com uma variação de mais 6% de juro líquido, sem risco de mercado, quando na maioria das vezes se estabelece em torno de 4%. É a favor que se estabeleça o início de negociação. Passou-se então à votação nominal do parecer do conselheiro-relator Omar. O conselheiro Gilmar votou pela aprovação do parecer. O conselheiro Adelto, também pela aprovação do parecer. O conselheiro Prates, pela rejeição, com manifestação de voto, de não ter havido a alteração sugerida pela conselheira Adriana. O conselheiro Marcos Saraçol, pela aprovação. A conselheira Sueli, pela aprovação. A conselheira Maris, pela aprovação. O conselheiro Alexandre Abreu, pela aprovação. O conselheiro Omar, pela aprovação. A conselheira Vera, pela aprovação. O conselheiro Jardel, pela rejeição do parecer e a favor das alterações propostas pela conselheira Adriana. A conselheira Adriana, pela rejeição, com o condicionante para aprovação, de que fosse alterado os dois últimos parágrafos do parecer. O conselheiro Lago rejeita e acompanha a conselheira Adriana. O conselheiro Augusto, rejeita, sendo a favor das alterações propostas pela conselheira Adriana. A conselheira Liége, rejeita e acompanha o voto da conselheira Adriana. A conselheira Idalina, rejeita e acompanha a conselheira Adriana. O conselheiro Carlos Neis, rejeita e acompanha a conselheira Adriana. A conselheira Cleida, vota pela rejeição e acompanha a conselheira Adriana. A conselheira Tatiana rejeita e acompanha a conselheira Adriana, a conselheira Neuza, vota pela aprovação e o conselheiro presidente Sérgio Brum vota pela aprovação do parecer, sendo que os votos dos conselheiros João Carlos Prates, Idalina Fagundes Venturini, Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes e Neuza Maria dos Santos Nunes, foram pelo critério da idade e face ausência dos titulares e de seus respectivos suplentes, ou seja, Alexandre Corrêa, Carlos Adolfo Bernd, sendo que o suplente Alberto Moura Terres esteve presente até boa parte da sessão, estando ausente na hora da votação, Lourdes Veneranda Camaratta e Valeska do Canto Donini Zorawski. Na apuração dos votos constatou-se ter havido empate, sendo dez votos pela aprovação do parecer e dez votos pela rejeição. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex Trindade posicionou-se no sentido de que o parecer deve ser submetido à nova decisão do plenário. A conselheira Liége colocou que o que está sendo rejeitado é a expressão “rejeito”, sugerindo uma outra forma de apresentação. O conselheiro Prates sugere a alteração da palavra rejeito. O conselheiro Omar explica por questão de ordem que o estatuto não especifica o que fazer no caso de empate na votação e que se deverá fazer nova votação na próxima reunião. O presidente informa que não haverá alteração do relatório, este deverá ser votado na forma em que está, e que o regimento é omissivo no caso de empate na votação. A conselheira Cleida acha que se está fechando uma porta que foi aberta. Só discorda do parágrafo, e diz que aceitar não é aceitar tudo e que rejeitar não é rejeitar tudo. O conselheiro Alexandre Abreu diz que não entende que negociação é essa, que a Fazenda não vêm ao Conselho. É a favor de nova

votação na próxima semana, sem alteração do relatório. A conselheira Adriana esclarece que na essência concorda com o projeto, e o que se está pedindo no último parágrafo é um aprimoramento. A conselheira Sueli diz que caso haja a aprovação com as ressalvas e depois o Governo mantém o que está, ficará aí a responsabilidade dos conselheiros dessa aceitação. Disse que o Conselho está votando o que propuseram e não o que os conselheiros estão propondo. A conselheira Idalina se posiciona de que esta é a maneira que o Governo achou para pagar a dívida. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex Trindade colocou que houve o empate levando em consideração apenas a parte final do parecer. Que não se quer que a legislação seja queda de braço entre os conselheiros eleitos e os indicados pelo Governo. O Previmpa hoje é inadimplente, e essa proposta não visa o saneamento financeiro do Instituto, e que o CRP têm validade até o dia 27/04, sendo que ao perder a validade poderá inviabilizar os repasses voluntários do Governo Federal ao Município. Argumentou que o grupo que responde pelos eleitos visa unicamente buscar o equilíbrio nas relações com o Governo e que o Conselho erra ao ter esse embate. É a favor da rejeição na íntegra. O conselheiro e Diretor-Previdenciário Adeldo, explicou como se deu esse processo, com a presença do Secretário da Fazenda no Conselho de Administração que somente deu conhecimento da lei, pois o Conselho anterior não se posicionou, e quando houve o questionamento de um conselheiro no sentido de que o Conselho deveria se posicionar, houve a manifestação do Diretor-Geral e do Secretário da Fazenda de que era somente para tomar ciência. Não entende que seja uma disputa entre conselheiros e não é uma simples modificação, é a favor que se mantenha o relatório na forma como foi colocado pelo conselheiro Omar. A conselheira Maris ponderou que não é o caso de chapa eleita ou não eleita, e que é complicado votar a matéria sem pensar se está prejudicando o patrimônio dos municipais. O presidente coloca que em todas as votações os indicados votam em bloco e têm duas soluções, que de um lado ou de outro alguém mude de opinião, ou fazer nova votação na próxima semana. O conselheiro Lago rebateu a colocação de que os indicados votam pelo Governo. Afirmou votar pela consciência, e rejeitar o projeto é dar mais argumento para que o Governo não faça o pagamento. O conselheiro Marcos Saraçol acha que o Governo não vai olhar a sugestão do Previmpa e que se constasse a palavra sugiro, ficaria pior ainda. A conselheira Idalina acredita que se pode tirar o último parágrafo e que se não aceitarmos a forma como o Governo está propondo, não devemos sugerir nada. A conselheira Sueli diz que nada garante que ao aceitarmos as 120 parcelas o governo realmente pagará e que este Conselho têm a obrigação de aprovar ou rejeitar. O conselheiro Omar manifestou-se no sentido de que aceitando ou rejeitando, se o Governo quiser, o projeto segue na Câmara, pois para ele é necessário a aprovação para não ser cassado o CRP. Ponderou que basta notificar a Câmara e o Ministério da Previdência para isso acontecer. O presidente perguntou então se algum conselheiro mudava o voto ou se votariam novamente na próxima reunião. Como não houve alteração de voto, a sessão foi encerrada às 11:34h (onze horas e trinta e quatro minutos) e foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim, Sueli de Fátima Mousquer, conselheira/secretário de mesa e pelos demais presentes.

Sérgio Luiz Brum – Presidente

Sueli de Fátima Mousquer – Secretário

Adriana Nunes Paltian

Alexandre Dias Abreu

Gilmar Cardozo dos Santos

Adelto Rohr

Marcos Antônio Saraçol Pereira

Vera Anita Silva da Conceição

Neusa Maria dos Santos Nunes

Jardel de Borba Cunha

Tatiana Caroline Manica Schapke

João Carlos Prates

Cláudio Meirelles Lago

Idalina Fagundes Venturini

Augusto César Pio de Almeida

Antonio da Motta Gonçalves

Omar Azambuja Condotta

Liege Mentz

Carlos Alberto Neis

Maris Regina Vieira Honaiser

Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes

Alberto Moura Terres